



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E O SISTEMA DA DÍVIDA

Evento organizado por: Sindicato dos Eletricitários, Sindicato dos Metalúrgicos de SP, Sintrajud, Sindicato dos Metroviários de SP, Sindicato dos Trabalhadores dos Laticínios de SP, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de SP, Sintaema, CSP-Conlutas e CSB

São Paulo, 14 de março de 2019

A DÍVIDA ECOLÓGICA TEM QUE SER COBRADA

Tragédia em Minas

“Dano humano será maior”

Presidente da Vale, Fábio Schvartzman, diz que a perda de vidas em Brumadinho será superior à ocorrida em Mariana. Executivo afirma que rompimento causou surpresa porque auditoria feita por empresa alemã não detectou nenhum problema no local

O local do rompimento

Críticas de ambientalistas

Lama, tensão e medo de um novo desastre

Investimentos Indústria

Desastre ambiental Troca de e-mails entre especialistas mostra que problemas em Brumadinho seriam conhecidos

Vale teria sido alertada sobre barragem

Tragédia em Minas

E-mails indicam: Vale sabia de falha em sensores

Troca de mensagens eletrônicas mostra que a mineradora foi alertada, dois dias antes do desastre, sobre problemas em equipamentos de medição de Brumadinho. Engenheiro relata, em depoimento, pressão para atestar estabilidade

Empresa tem pedido negado

O Tribunal Regional Federal de 1ª Região (TRF-1) negou uma pedido da mineradora Vale para reconhecer as responsabilidades do rompimento da barragem de Brumadinho.

Polícia Federal analisa e-mails cruciais sobre o rompimento da Vale e duas empresas ligadas à engenharia da Barragem 1 de Minas

Desastre ambiental Casos de Mariana e Brumadinho vão exigir nova postura dos empresários

Mineração terá de se reinventar no Brasil, afirmam especialistas

Especialistas avaliam que companhias brasileiras reconhecem impacto de sustentabilidade nos negócios e que uma forma de ampliar engajamento ao tema é maior rigor na legislação

Faltam fiscalização e punição para as empresas no Brasil

Tragédia em Minas

Água representa risco à saúde

Análise feita por órgãos federal e estadual, detecta presença de metais pesados no Rio Paraopeba acima do limite permitido. Reabastecimento da população será feito por meio de fontes alternativas ou caminhões-pipa nas áreas mais afetadas

Rejeitos avançam

Poluição por rejeitos de mineração avança em direção ao rio Paraopeba, ameaçando a saúde pública.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Modelo de Previdência Social baseado na solidariedade e universalidade
- Aprovado por unanimidade em 1988
- Principal programa social do Brasil
- Atende a mais de 100 milhões de pessoas
- Sistema Integrado - Seguridade Social – engloba Previdência, Saúde e Assistência Social (Art. 194 da CF)
- Toda a sociedade contribui para a Seguridade Social (Art. 195 da CF)

Em valores atualizados, **de 2005 a 2016**

a arrecadação de contribuições à Seguridade Social registrou

SUPERÁVIT de mais de R\$ 1 TRILHÃO!!!

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

Além de garantir **aposentadoria**, a Previdência Social engloba:

I - cobertura dos eventos de **doença, invalidez, morte e idade avançada**;

II - proteção à **maternidade**, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de **desemprego** involuntário;

IV - **salário-família** e **auxílio-reclusão** para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - **pensão por morte do segurado**, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

- Modelo importante para toda a economia do país! **Em mais de**
- **70% dos municípios brasileiros, o volume de recursos dos benefícios da Seguridade Social supera o valor repassado**
- **pelo governo federal** (Fundo de Participação dos Municípios – FPE).

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Não cabe falar em *déficit*
- **Artigo 195 da Constituição prevê também a participação dos orçamentos fiscais** em todos os âmbitos (federal, estadual, distrital e municipal).
- **Sobra de recursos** com a arrecadação de contribuições à Seguridade Social: R\$ **72,8** bilhões em 2005; R\$ **57,6** bilhões em 2010; R\$ **78,2** bilhões em 2011; R\$ **83,9** bilhões em 2012; R\$ **78,9** bilhões em 2013; R\$ **57,6** bilhões em 2014, e R\$ **13,7** bilhões em 2015.
- DRU desvinculou recursos para outros fins, principalmente juros
- Proposta de Reforma Tributária (PEC 293/04) ameaça o financiamento da Seguridade Social: transforma contribuições sociais (Cofins e Pis) em imposto, desvinculando 100 % da arrecadação dessas contribuições.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Regime Próprio de Servidores Públicos (RPPS) também não há que se falar em *déficit*
- A Constituição classificou tal regime em outro capítulo (Art. 40 civis, Art. 42 e 142 militares), fora da Seguridade Social
- Peculiaridades:
 - relação de trabalho profissional permanente e dependente;
 - natureza estatutária;
 - imposta unilateralmente pelo Estado que fica responsável pelo pagamento de seus servidores ativos e aposentados, mediante a destinação de recursos a rubricas específicas vinculadas a cada ministério ou órgão público;
 - Servidores públicos (que entraram no serviço público antes da criação do Funpresp em 2013) contribuem para a Previdência Social sobre a totalidade dos vencimentos e, após a aposentadoria, continuam pagando a contribuição previdenciária calculada sobre o provento integral;
 - Gasto com pessoal federal (inclusive aposentados e pensionistas) tem caído fortemente, de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 39,5% em 2018.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

Deveríamos estar debatendo uma reforma para aumentar o valor dos benefícios e ampliar o alcance da Seguridade Social, pois temos muito dinheiro pra isso!

Em dezembro/2018, possuíamos, por exemplo:

- **R\$ 1,27 TRILHÃO** no caixa do Tesouro Nacional;
- **R\$ 1,13 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **US\$ 375 bilhões (R\$ 1,453 TRILHÃO)** em Reservas Internacionais!

Brasil é a 9ª maior economia do mundo, possui imensas riquezas e potencialidades e quase R\$ 4 TRILHÕES líquidos!

O que explica o cenário de escassez e "crise"?

SITUAÇÃO DOS ESTADOS

Cerca de **R\$ 4 TRILHÕES entesourados na esfera federal** deveriam estar socorrendo os Estados brasileiros.

Estados já pagaram mais de 3 vezes o valor de suas dívidas refinanciadas pela União no final da década de 90, as quais foram absurdamente infladas por escandalosos passivos de bancos referente ao esquema PROES que foram indevidamente transformados em "dívida pública".

Essa "dívida" inflada passou a ser atualizada monetariamente de forma cumulativa, pelo maior índice existente (IDP-DI), e sobre esta atualização mensal ainda incidiram elevados juros, fazendo com que a dívida se multiplicasse por ela mesma.

Apesar do rigoroso cumprimento dos pagamentos à União, e apesar da privatização de bancos estaduais, privatização de inúmeras empresas públicas estaduais e imposição de ajustes fiscais ao longo de 2 décadas, os **Estados ainda devem cerca de 5 vezes o valor refinanciado pela União.**

SITUAÇÃO DOS ESTADOS

Estados são credores de R\$ 269 bilhões perante a União de créditos da Lei Kandir mas o governo federal diz que não tem como pagar...

Agora os **Estados estão sendo empurrados para contratar dívida externa com bancos privados internacionais** para pagar à União! Estão sendo empurrados também para o **esquema fraudulento da "Securitização de Créditos Públicos"**, na ilusão de receber algum recurso inicial em decorrência de operação de crédito ilegal. E mais: o Tesouro Nacional anunciou que irá exigir cortes de gastos com funcionalismo estadual, entre outros **sacrifícios, para um novo "Plano de Equilíbrio Fiscal"**.

Tudo isso é desnecessário, e decorre do modelo econômico praticado pelo governo federal, em especial a política monetária suicida do Banco Central.

PRECISAMOS COMPREENDER A NATUREZA DA “CRISE” QUE ESTÁ JUSTIFICANDO A “NECESSIDADE DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA”

O que provocou a crise no Brasil?

- ✓ **Quebra de bancos ?**
- ✓ **Adoecimento da população, pestes ?**
- ✓ **Quebra de safra ?**
- ✓ **Guerra?**

O que explica a falência de inúmeras empresas, o desemprego recorde, a queda do PIB em mais de 7% em apenas 2 anos?

O que explica o contínuo crescimento do lucro dos bancos apesar da "crise" e queda do PIB?

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro

de

R\$ 96 bilhões

+

Provisão

de

R\$ 187 bilhões

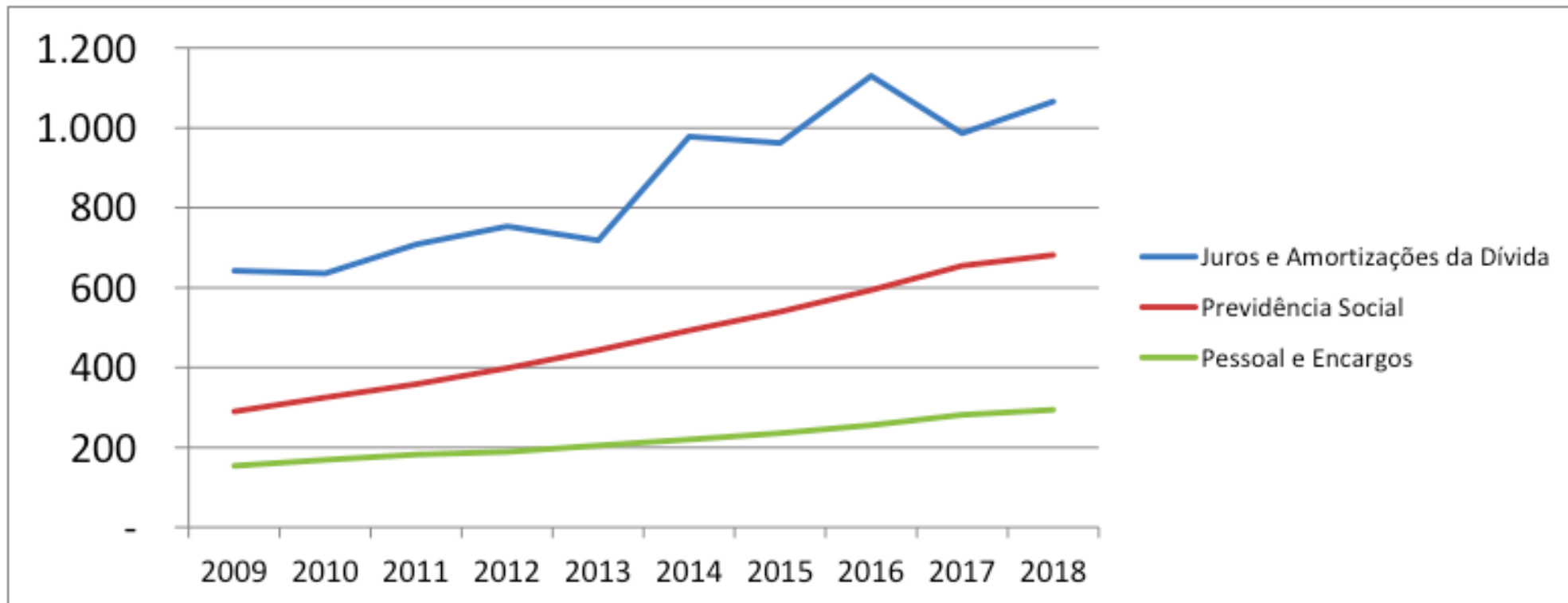
CONJUNTURA DE CRISE FABRICADA

PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

- ✓ **Taxas de Juros mais elevadas do mundo**
- ✓ **Restrição da base monetária**
 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (R\$1,2 trilhão), ilegal!
 - BC enviou PL 9.248/2017 para "legalizar"
- ✓ **Swap Cambial** (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ **Prejuízos do Banco Central**
- ✓ **Colchão de liquidez exagerado (R\$1,2 trilhão na**
- ✓ **Conta Única do Tesouro): emissão excessiva de**
- ✓ **títulos e explosão da Dívida Pública**
- ✓ **CRISE JUSTIFICA MEDIDAS RESTRITIVAS**
 - ✓ **EC 95 (PEC do Teto), EC 93, Lei Compl 159/2017**
 - ✓ **Contrarreformas, Privatizações**
 - ✓ **Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos"**
 - ✓ **Autonomia do Banco Central**

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NOS GASTOS FINANCEIROS COM A CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

Governo Federal - Gastos selecionados - R\$ bilhões



Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> - Series Históricas - Por Função e por GND

Nota 1 - "Juros" e "Amortizações" foram somados porque o governo tem contabilizado grande parte dos Juros como se fosse Amortização/Refinanciamento. Ver texto <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Nota 2 - "Previdência Social" inclui o Regime Geral da Previdência Social (INSS) e Regime Próprio dos Servidores Federais, tal como divulgado pelo Tesouro Nacional

EXPLOÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

INCONSTITUCIONALIDADE

JUROS MASCARADOS DE AMORTIZAÇÃO/ROLAGEM

FERE O ART. 167, III, DA CONSTITUIÇÃO

Relatório ACD 1/2013

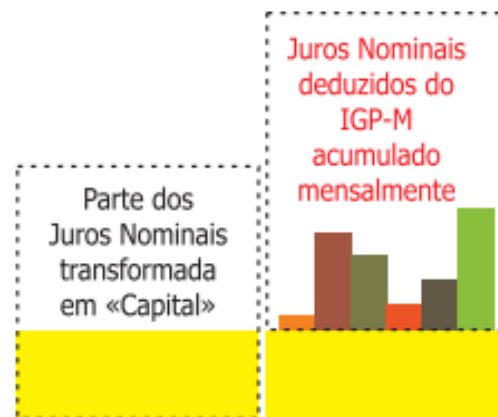
<https://goo.gl/OqsQ5R>

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO

Gráfico 01



Gráfico 02



Atualização Paralela

OUTROS FATORES QUE PRODUZEM O CENÁRIO DE ESCASSEZ: Modelo Tributário Regressivo

- Benesses tributárias injustificáveis, especialmente
 - Isenção para lucros distribuídos aos sócios
 - Dedução de juros sobre capital próprio
 - Desonerações para exportações e outros setores privilegiados
 - Lei Kandir
 - Falta de investimento na administração tributária para que esta possa efetuar a cobrança de devedores
 - Legislação que extingue a punibilidade mediante o pagamento, o que acaba incentivando a sonegação

OUTROS FATORES QUE PRODUZEM O CENÁRIO DE ESCASSEZ: “SISTEMA DA DÍVIDA”

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não para o financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios: **CRISE EM DIVERSOS ENTES FEDERADOS BRASILEIROS**
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro



CENÁRIO DE ESCASSEZ: SUBTRAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAR JUROS E MECANISMOS DO "SISTEMA DA DÍVIDA"

DIVIDÔMETRO

QUANTO PAGAMOS (JUROS E AMORTIZAÇÕES) - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

EM 2017

R\$ 986.110.833.381,00 = 2,7 BI / DIA

986 BILHÕES, 110 MILHÕES, 833 MIL REAIS

EM 2018 - ATÉ 31/12

R\$ 1.065.725.301.673 = 2,9 BI / DIA

1 TRILHÃO, 65 BILHÕES, 725 MILHÕES, 301 MIL REAIS

QUANTO "DEVEMOS"

Entenda esses números

DÍVIDA INTERNA FEDERAL - DEZ/2018

R\$ 5.523.121.023.828,08

5 TRILHÕES, 523 BILHÕES, 121 MILHÕES, 23 MIL REAIS

DÍVIDA EXTERNA TOTAL - DEZ/2018

US\$ 556.326.219.643,40

556 BILHÕES, 326 MILHÕES, 219 MIL DÓLARES

EC 95: Escancara o favorecimento ao setor financeiro e o dano ao Estado

Os gastos financeiros com a Dívida Pública e com as novas estatais criadas para operar o esquema financeiro da “Securitização de Créditos Públicos” ficaram fora do teto da EC 95

“ § 6º Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

(...)

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.”

A Dívida Pública tem crescido em decorrência dos mecanismos financeiros que “geram” dívida, e não devido aos investimentos e gastos sociais

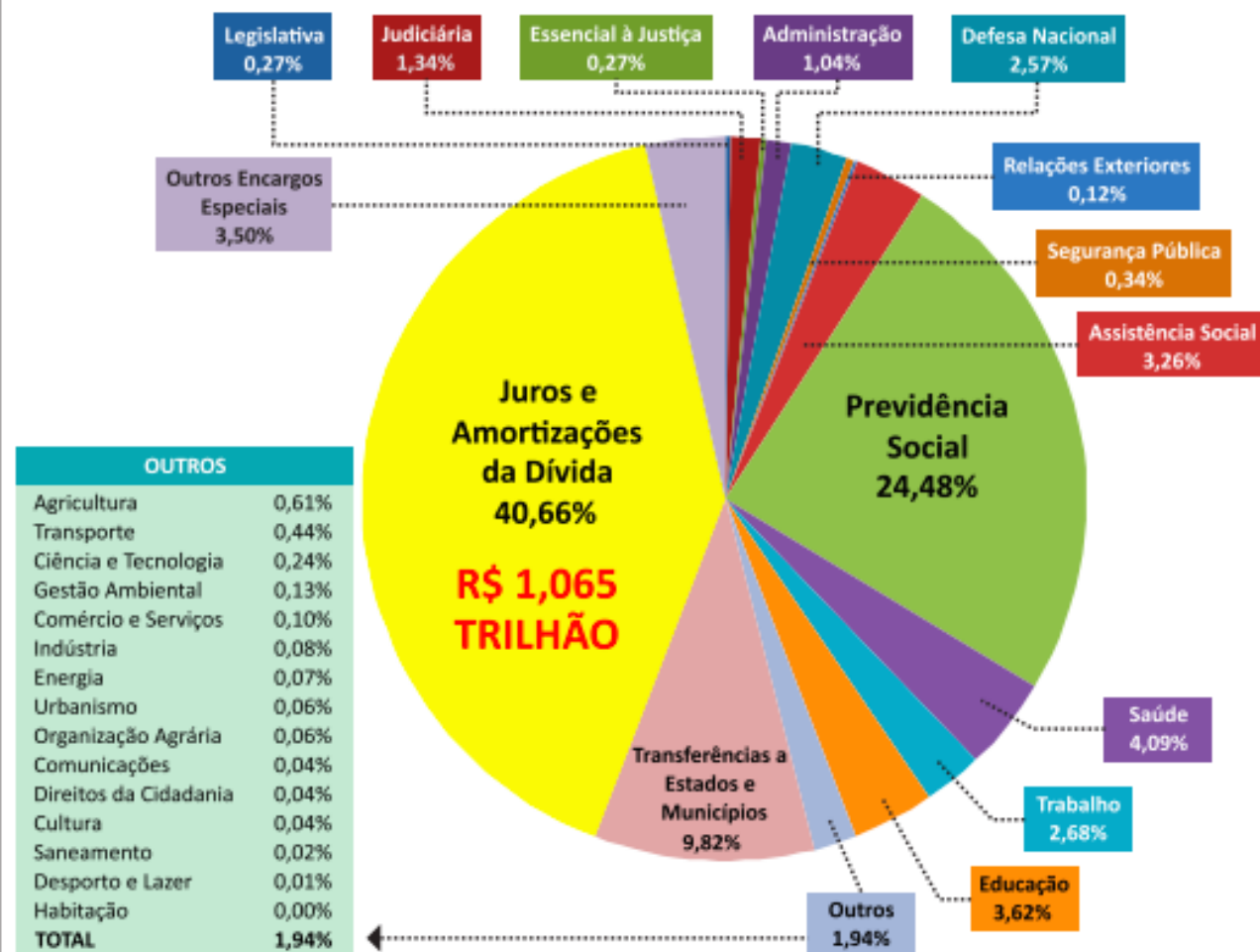
De 1995 a 2014 produzimos R\$ 1 trilhão de Superávit Primário e, apesar disso, a dívida interna aumentou de R\$89 bilhões para quase R\$4 trilhões no mesmo período

A REFORMA NECESSÁRIA É A DO SISTEMA QUE GERA DÍVIDA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública;**
- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das sigilosas “operações compromissadas” que alcançaram R\$1,23 trilhão em 2017;
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”;
- **Emissão de títulos** para comprar dólares e aplicar em Reservas Internacionais, para repassar ao BNDES e recomprar dívida externa;
- **Prejuízos do Banco Central**

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

ORÇAMENTO FEDERAL 2019: R\$ 3,262 trilhões

Dívida Pública: R\$ 1,425 trilhão quase 44%

Servidores Públicos (ativos e aposentados): R\$ 350,4 bilhões

Previdência Social (INSS): R\$ 625 bilhões

Investimentos: R\$ 36 bilhões.

O rombo das contas públicas está claramente localizado nos **sigilosos gastos financeiros com a chamada dívida pública** - que nunca foi auditada, como manda a Constituição – e não nas despesas com Pessoal ou Previdência.

Ver artigo:

**“ORÇAMENTO 2019 REVELA QUE O ROMBO ESTÁ NO GASTO
COM A DÍVIDA PÚBLICA”**

<https://bit.ly/2N8ubn0>

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**Novo ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos” escancara o
desvio de recursos para bancos
privilegiados**

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



Executivo Em mensagem ao Congresso, presidente cita Previdência, privatizações e mudança nos tributos

Bolsonaro promete fazer sete reformas

Ribeira Oliveira
De Brasília

Em mensagem que encaminhava ontem ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com sete reformas econômicas, que considera essenciais para garantir um crescimento econômico elevado e sustentável, a criação de uma "Nova Previdência", a mudança do sistema tributário, um ambicioso programa de privatização de empresas estatais e prestação de serviços de infraestrutura, a liberalização comercial, a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União, a autonomia, em lei, do Banco Central e a reforma administrativa.

At mesmo tempo, a mensagem

traz o presidente vai manter o teto de gastos e diz que a aplicação do limite para as despesas da União "é crucial para garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e permitir que o país supere o atual desequilíbrio fiscal, decorrente do crescimento acelerado da despesa primária das últimas décadas".

O teto de gastos, no entanto, "não será suficiente para a realização do ajuste fiscal necessário", de acordo com a mensagem. A manutenção do teto "requer reformas que permitam o controle da despesa obrigatória". A primeira e principal medida de ajuste necessária ao cumprimento do teto, segundo o documento, é a reforma da Previdência. "Sem ela, não será possível conter a expansão da despesa".

A "Nova Previdência", anunciada pelo presidente, pretende empregar o equilíbrio atuarial, com o amparo a quem mais precisa, separando "previdência" de "assistência". Bolsonaro condiz com que pretende mudar as regras dos atuais regimes de aposentadoria e criar um sistema de capitalização, que o presidente chamou de "Nasçaço Individual da Aposentadoria".

A mensagem informa que se o atual sistema, que estimula a aposentadoria antecipada e altas taxas de reposição, permanecer inalterado, os gastos previdenciários aumentam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2060. "A aprovação da nova Previdência Social possibilita que o país siga trajetória estável de cres-

cimento, com finanças públicas sustentáveis", diz o documento.

O atual sistema tributário apresenta, segundo a mensagem, dois problemas principais "que impedem que uma economia emergente funcione bem". O primeiro, é a elevada carga tributária, que chega a 11% do PIB, enquanto que a média dos países da América Latina é de apenas 20%. O recado da mensagem, portanto, é claro: a reforma pretende reduzir a atual carga. O segundo problema, é que o sistema tributário brasileiro é muito complexo, o que gera custos significativos, em termos de tempo e recursos. A reforma vai simplificar o sistema, mitigando a onerosidade de processos fiscais.

O ambicioso programa de privatização de estatais e prestação de

serviços de infraestrutura parte do pressuposto de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o investimento necessário". Além disso, "experiências recentes mostram que projetos de infraestrutura sob controle público estão sujeitos a muitas fragilidades que podem levar a ineficiências e ao desperdício de recursos". Por isso, o governo propõe priorizar e acelerar as concessões em todas as áreas da infraestrutura.

O governo vai fazer uma "liberalização comercial" porque entende que "existem várias instituições e instrumentos que impõem custos significativos e limites quantitativos à entrada no país de bens e serviços estrangeiros". A mensagem diz que o governo "está comprometido com medidas

que removerão todas as restrições desnecessárias ao comércio", sem especificar quais são elas.

A mensagem diz também que "a autonomia operacional do Banco Central fundada em lei reduz riscos no sistema financeiro, bem como cria condições melhores para o controle da inflação e a manutenção de taxa estrutural de juros mais baixa".

Em relação à reforma administrativa, a mensagem diz que é fundamental que sejam repensados os modelos de aquisições de bens e contratação de serviços, as estratégias de transformação digital de serviços públicos prestados presencialmente, a própria dinâmica das relações de trabalho no âmbito da administração federal e a forma como os cargos estão organizados.

- ✓ Nova Previdência
- ✓ Mudança no Sistema Tributário
- ✓ Ambicioso programa de Privatizações
- ✓ Liberação Comercial
- ✓ Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União
- ✓ Autonomia do Banco Central
- ✓ Reforma Administrativa

Contrarreforma da Previdência

Monitor
Mercantil

09 DE JANEIRO, 2019

Artigo: “O déficit da previdência é fake”, de M. L. Fattorelli, para o Monitor Digital



13 DE FEVEREIRO, 2019

“Contrarreforma da Previdência empurra trabalhador para fundos de risco”, M.L Fattorelli para o Monitor Mercantil

<https://bit.ly/2IrZHh9> e <https://bit.ly/2GK1cVa>

Contrarreforma da Previdência



11 DE MARÇO, 2019

Jornal Extra Classe: “Banqueiros são os maiores defensores da Reforma da Previdência”, por M.L Fattorelli



08 DE MARÇO, 2019

Monitor Digital: “Você, mulher, será a maior prejudicada pela destruição da Previdência”, por M.L Fattorelli

<https://bit.ly/2ETqIVC> e <https://bit.ly/2F7hg27>

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

GÊNESE

- Recomendações de organismos estrangeiros como o FMI e Banco Mundial, segundo os quais seria necessário fazer tal “reforma” para que a economia volte a crescer. Nada mais falso, já que a falta de crescimento da economia não decorre de um suposto excesso de investimentos sociais, mas sim, da falta deles.
- Repetição de modelo indicado pelo BIS em vários países, mas muitos deles estão voltando atrás.

QUEM MANDA NO BRASIL?

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

OBJETIVOS

- Desmontar o modelo de solidariedade;
- Introduzir a “Capitalização”, que sequer pode ser chamada de “Previdência”, pois trata de aplicação financeira de risco, sem garantia alguma de pagamento de qualquer benefício;
- Entregar a nossa Previdência Social para bancos, na modalidade de “contribuição definida”, ou seja, trabalhadores terão que pagar uma quantia certa e obrigatória, mas não terão a menor ideia sobre o valor de algum benefício futuro.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fim da solidariedade: cada trabalhador(a) terá uma conta individual, na qual depositará a **contribuição definida**, porém, os Bancos que irão administrar essas contas não terão obrigação alguma de pagar benefício futuro, que dependerá do comportamento do mercado financeiro e poderá ser ZERO, deixando a classe trabalhadora totalmente sem proteção. O governo também não dá garantia alguma a esse modelo. É cada um por si! Esse modelo foi implantado no Chile e quebrou! Aposentados idosos estão se tornando mendigos e se suicidando!

Insustentabilidade: A arrecadação do INSS que hoje compõe as receitas da Seguridade Social deixará de ser paga por aqueles trabalhadores e trabalhadoras que optarem por esse regime de “Capitalização”, comprometendo a sustentabilidade das atuais aposentadorias.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Incerteza total: Desconstitucionaliza as regras gerais para futuros servidores e segurados do INSS

Adiamento da Aposentadoria: No **mínimo aos 65** para homens e **62** para as mulheres, mas a PEC está cheia de **gatilhos** que elevarão essa idade mínima para muito além disso.

Exigência de mais tempo de contribuição: No **mínimo 20 anos** (INSS), inclusive para trabalhadores e trabalhadoras rurais, ou 25 anos (servidores públicos), mas quem não quiser perder muito ao se aposentar terá que contribuir por **40 anos!**

FIM DA APOSENTADORIA: Essa combinação de idade mínima avançada e contribuição mínima de até 40 anos significa o fim do direito à aposentadoria para aquelas pessoas mais vulneráveis, afetadas pela informalidade e pelo desemprego, e dentre estas sobressaem as mulheres.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Regras de Transição inaceitáveis: Exigência de 35/30 anos de contribuição, e mais a Regra 86/96, que sobe até chegar a 105/100 em 2033, ou seja, a soma da idade e do tempo de contribuição do trabalhador terá que dar 105, e da mulher 100!

Aumento da Contribuição Previdenciária: A PEC 6/2019 contém gatilhos para permitir o aumento da contribuição previdenciária do regime de servidores públicos, sem limite, o que configura confisco!

Fim do reajuste pela inflação

Fim da multa do FGTS no caso de demissão.

Fim das aposentadorias especiais para algumas categorias, como Professores(as), bombeiros civis, vigilantes, entre outras que exercem atividades desgastantes e/ou de alto risco. Será exigida idade mínima de 60 anos e tempo de contribuição de 30 anos, para professores de ambos os sexos.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Redução para míseros R\$ 400,00 o benefício (BPC) aos idosos miseráveis maiores de 60 anos, chegando a um salário mínimo somente a partir dos 70 anos. Adicionalmente, para ter acesso ao benefício, não se poderá ter patrimônio superior a R\$ 98 mil, ou seja, basta ter uma pequena casa para perder o benefício.

Fim do Abono Salarial para quem ganha mais de 1 salário mínimo mensal. Com a mudança, 91,5% do total de pessoas que hoje podem receber o abono irão perder o benefício.

Redução da Aposentadoria por incapacidade permanente para 60%. Esse percentual só será maior para aquele(a) trabalhador(a) que ficou inválido(a) que já tiver mais de 20 anos de contribuição. Nesse caso, eleva-se 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos. O benefício somente será de 100% no caso de invalidez causada pelas atividades do trabalho.

PEC 6/2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Redução do valor da Pensões por morte para 60%. Se houver dependentes, acrescenta-se 10% por dependente adicional. O valor será 100% somente no caso de morte causada pelas atividades do trabalho.

Redução de até 80% no caso de benefícios acumulados: Se uma pessoa recebe uma aposentadoria e passar a receber uma pensão, por exemplo, ela terá de escolher o benefício de maior valor, e sofrer uma redução de até 80% nos demais.

Danos extensivos a Estados e Municípios: As regras estabelecidas valem para todos os entes federados

A PEC 6/2019 deve ser completamente rejeitada!

LUCRO DE 4 DOS 5 MAIORES BANCOS ALCANÇA R\$73,2 BI NO BRASIL

Soma do lucro do Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil foi de R\$ 73,2 bilhões em 2018, um crescimento médio de 12,8%

📅 19/02/2019 ⌚ 11:33

BALANÇOS

Quatro maiores bancos do país têm maior lucro em 12 anos

08.11.2018 21:04 | por Redação | 0

Consultoria Econômica considerou os resultados registrados no terceiro trimestre deste ano do Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil

10 • Economia • Brasília, domingo, 3 de fevereiro de 2019 • CORREIO BRASILEIRO

CONJUNTURA / Entre 2014 e 2017, 23,3 milhões de brasileiros entraram em situação de vulnerabilidade social. Brasil só retomará menor patamar da história em 2030

Foto: Hamilton Ferrari/Ep. CB/D.A. Press



Edinando Santana não consegue ganhar o equivalente a um salário mínimo

Ronaldo Alves de Sousa nem sempre tem condições de pagar por um

Brasil comanda alta da pobreza na AL

» HAMILTON FERRARI

Fora de forma

Quando tem sorte, Edinando de Santana, 38

Caso o Brasil não cresça em patamares mais altos e reduza a desigualdade social, a menor taxa de pobreza da história, registrada em 2014, só deverá ser alcançada em 2030

Brasil
Econômico

Costo de Renda

Carreiras

Inovação

Finanças Pessoais

Tecnologia

Empreendedorismo

Mais Sites ▾

No terceiro trimestre, bancos brasileiros crescem e têm maior lucro desde 2006

PARADOXO BRASIL

*Estamos muito
distantes do
Brasil que
queremos*



- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

Brasil: Realidade de Abundância e Cenário de Escassez

9ª Maior Economia Mundial IMENSAS POTENCIALIDADES **ABUNDÂNCIA**

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$375 Bi
- R\$ 1,14 Trilhão esterilizados no Bacen
- R\$ 480 bilhões de "sobra" em 2015 e R\$ 268 bilhões em 2016
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO 2015-2019 **ESCASSEZ**

CRISES

➤ **Econômica seletiva**

- Desindustrialização
- Queda de empresas
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤ **Social**

➤ **Política**

➤ **Ambiental**

AJUSTE FISCAL e REFORMAS: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contrarreformas

CRESCIMENTO ACELERADO DA "DÍVIDA PÚBLICA" = **CRISE FISCAL/LUCRO
RECORDE DOS BANCOS**

Pobreza e desigualdade aumentaram nos últimos 4 anos no Brasil, revela estudo

A pobreza voltou aos níveis do começo da década (2011). Portanto, esse período caracteriza-se como uma década perdida. Olhando para a desigualdade, o retrocesso não fica atrás. Desde 1989 o Brasil não experimentava mais de três anos de aumento consecutivo de desigualdade. A piora na performance social do Brasil também explica o mau desempenho econômico.



Nos últimos três anos, mais seis milhões na extrema pobreza e mais desigualdade

É URGENTE SAIRMOS DO CENÁRIO DE ESCASSEZ! Isso não é um acaso, ou mero resultado da corrupção endêmica de dirigentes políticos, mas sim o resultado do modelo econômico concentrador de riqueza e renda, que se sustenta principalmente no Sistema da Dívida, no modelo tributário regressivo, na política monetária suicida praticada pelo Banco Central e no modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente.

Maria Lucia Fattorelli

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina